UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

LARA JÚLIA RODRIGUES MARCELOS

SOBRE OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM AS ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO[1]

VITÓRIA-ES

2020

LARA JÚLIA RODRIGUES MARCELOS

SOBRE OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM AS ATIVIDADES FÍSICAS DE AVENTURA NA NATUREZA NA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO[1]

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Educação Física.

Orientador(a): Profª. Drª. Paula Cristina da Costa Silva

VITÓRIA-ES

2020

RESUMO

A realização das Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) conta com a atuação de profissionais que podem assegurar sua prática de forma segura e prazerosa. Este trabalho objetivou delinear o perfil dos profissionais de AFAN que atuam na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos, condições de trabalho, formação e os riscos a que estão sujeitos. Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, com a coleta de dados realizada por meio de questionário semiestruturado. Participaram 25 profissionais e os resultados apontaram que a maioria eram homens, jovens, autônomos, que obtém a maior parte de sua renda com o trabalho com AFAN. Grande parte apresentava formação no ensino superior e corria risco no exercício da profissão. Como conclusão, verificamos a necessidade de formação transdisciplinar, a regulação do mercado das AFAN e o investimento em políticas públicas para esse setor.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades Físicas de Aventura na Natureza. Educação Física. Formação Profissional.

ABSTRACT

“ABOUT PROFESSIONALS THAT WORK WITH PHYSICAL ADVENTURE ACTIVITIES IN NATURE IN THE METROPOLITAN REGION OF VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO”

The accomplishment of Physical Adventure Activities in Nature (PAAN) has the performance of professionals who can ensure your practice in a safe and pleasant way. This academic work aimed to outline the profile of the PAAN professionals working in the Metropolitan Region of Vitória, Espírito Santo, Brasil, including socioeconomic data, working conditions, training and the risks to which they are subject. It is a qualitative and quantitative research, with data collection carried out through a semi-structured questionnaire. Twenty five professionals participated and the results showed that the majority were men, young, self-employed, who obtain most of their income from working with PAAN. Most of them were trained in higher education and were at risk in the exercise of their profession. As a conclusion, we see the need for transdisciplinary training, regulation of the PAAN market and investment in public policies for this sector.

KEYWORDS: Physical Adventure Activities in Nature. Physical Education. Professional qualification.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. METODOLOGIA 10
3. RESULTADOS 12
4. DISCUSSÃO 20
4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS 20
4.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL 21
4.3 RISCOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL 27
5. CONCLUSÕES 29
6. REFERÊNCIAS 31
APÊNDICE 1 34
APÊNDICE 2 38
ANEXO 1 40

1. INTRODUÇÃO

As Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) são um fenômeno da sociedade moderna que oferece às pessoas a possibilidade de contato com o meio ambiente em experiências em seu tempo de lazer que proporcionam diferentes sensações, tais como liberdade, medo, prazer, autossuperação, adrenalina, relaxamento, autoconhecimento e uma melhoria na qualidade de vida de seus praticantes.

De acordo com Marinho (2017)[1], há diferentes nomenclaturas para designar o que denominamos neste artigo de AFAN. Estas, por sua vez, são construídas e adotadas por estudiosos brasileiros que, de acordo com sua matriz epistemológica, dão sentido para o entendimento conceitual das ações realizadas em meio natural e que embasam seus estudos e teses.

Aqui adotamos o conceito de Betrán e Betrán (2016) por considerá-lo de abrangência internacional e por ter sido revisado recentemente, atualizando a compreensão inicial de Betrán (1995) sobre AFAN. Os autores consideram que as AFAN são práticas fundamentadas em atividades motoras que se utilizam de energias livres da natureza (como a eólica, a marítima ou da gravidade) e energia gerada por motores, sejam eles movidos por energia fóssil, solar ou de outro tipo. Nas AFAN, seus praticantes buscam o contato com a natureza, a quebra da rotina e o risco controlado, sendo possíveis suas práticas ocorrerem em três planos: terrestre, aquático e aéreo.

Para Betrán e Betrán (2016), a tecnologia é um alicerce imprescindível para a realização dessas atividades. O uso de dispositivos, de equipamentos, de materiais e meios de controle tende a permitir a qualquer um desfrutar desses três planos de possibilidade de aventura. Esses aparatos também promovem maior grau de proteção nessas práticas, tendo em vista que as AFAN dispõem de um vínculo indissociável com o risco (BETRÁN; BETRÁN, 2016; LE BRETON, 2009).

---

[1] Marinho (2017) adota em seus trabalhos a nomenclatura “atividades físicas e esportivas (AFEs) de aventura na natureza” e enumera os diferentes nomes dados as essas atividades por autores brasileiros, tais como: esportes de aventura, atividades de turismo de aventura, esportes e atividades de lazer na natureza, práticas corporais de aventura, práticas corporais de aventura na natureza, atividades de aventura e atividades de aventura na natureza.

No Brasil, a difusão de diferentes AFAN esbarra na falta de políticas públicas e de ações concretas no âmbito privado para a sustentabilidade de usufruto de áreas de conservação e melhoria do setor turístico, acarretando um cenário pouco produtivo para a atuação profissional (SCHWARTZ, 2006; BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Além disso, a falta de fiscalização propicia a fruição das atividades de lazer no âmbito das AFAN com um alto número de participantes sem a devida preparação e/ou equipamentos adequados, acompanhados de profissionais sem a qualificação necessária ou simplesmente sem acompanhamento, resultando em acidentes e impacto ao meio ambiente (MUNHOZ, 2006).

O acompanhamento de um profissional qualificado durante a prática das AFAN poderia evitar os problemas elencados, uma vez que se prezaria pelo respeito às normas de segurança dos locais visitados e com uma organização prévia levando em consideração os fatores determinantes para esse tipo de prática (como previsão climática, equipamentos específicos, estudo do relevo etc.). Infelizmente, na realidade brasileira nem sempre as pessoas que trabalham com as AFAN têm uma qualificação adequada e os conhecimentos técnicos e de primeiros socorros para a realização da prática (MUNHOZ, 2006).

Quando tratamos da questão do profissional que atua com AFAN, pensamos em um campo interdisciplinar. Desse modo, a capacitação desses profissionais pode ocorrer por meio de cursos superiores, como o bacharelado em Educação Física, que oferece recursos para atuação na área, como também o de Turismo. Entretanto, há cursos específicos acessíveis que também podem capacitar esses profissionais, como o de primeiros socorros e técnicas verticais para atividades de escalada e rapel; oficinas de gestão de risco em ecoturismo e turismo de aventura; de competência mínima de condutor; de excelência em serviços; entre outros. Alguns desses cursos são oferecidos por instituições não formais, como a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA).

Embora o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) preconize que os profissionais que orientam as atividades físicas ligadas as atividades de aventura devam ter formação em Educação Física, não é o que ocorre na maioria dos casos. A falta de controle do CONFEF na fiscalização dos profissionais que atuam com as AFAN se dá justamente pelas nomenclaturas utilizadas não

fazerem referência à Educação Física, sendo esses profissionais chamados de guias de turismo, condutores de turismo, profissionais do turismo de aventura, entre outros (BANDEIRA; RIBEIRO, 2015).

Outro ponto que deve ser levado em conta com relação à formação do profissional de AFAN diz respeito ao risco, pois, de acordo com Paixão e Silva (2017), em estudo com monitores atuantes em práticas como rapel, montanhismo e escaladas, foi constatado que o risco é inerente às modalidades terrestres de esporte de aventura e, consequentemente, à atuação dos profissionais de AFAN.

De acordo com Marinho (2008), o risco expressa a probabilidade de que algo inesperado aconteça momentaneamente, podendo acarretar situações positivas e prazerosas, ou também situações negativas, como acidentes graves e às vezes até fatais.

Esse “jogo simbólico com a morte” com a impressão de controle e de profissionalismo, como Le Breton (2009) caracteriza, é o modo como os indivíduos envolvidos na prática de aventuras na natureza ressignificam a vida. Em uma sociedade que preza pela segurança e pela existência controlada e regrada, optar por essas atividades com a ligação intrínseca com o risco é uma maneira de fugir da rotina e regozijar-se em seu momento de lazer. Entretanto, o autor aponta que os estímulos propiciados pelas AFAN facultam a possibilidade de desenvolver em seus adeptos um sentimento de onipotência e autoconfiança, movido pela ilusão da convicção de possuir controle total do risco (LE BRETON, 2009).

Embora haja audácia, necessita-se obter controle e conhecimento de espaço, técnicas, equipamentos e antecipação aos fatores climáticos, pois a natureza é imprevisível. Mudanças bruscas nas condições ambientais, associadas à falta de saberes que poderiam tornar o indivíduo capaz de decidir e agir antecipadamente, criando estratégias eficientes para superar um obstáculo, são um caminho para graves consequências (PAIXÃO; TUCHER, 2010).

A realidade mostra que em alguns casos apenas a utilização de equipamentos sofisticados não é suficiente para impedir um sério acidente. Para minimizar os potenciais de risco e obter sucesso na vivência, é necessário conciliar a prática com a organização, com o planejamento e com os

procedimentos advindos de conhecimentos relativos às modalidades (PAIXÃO *et al*., 2010; PAIXÃO; SILVA, 2017). Todos os pontos destacados são de extrema importância e devem fazer parte de um plano de base para a realização de qualquer atividade de aventuras na natureza.

Avaliando a crescente difusão das AFAN no Brasil, vemos que Vitória, capital do Espírito Santo, e sua Região Metropolitana têm um grande potencial para sua prática, com praias, montanhas, parques e cachoeiras, ambientes ideais para a sua realização. Nessa região houve uma expansão recente de empresas que atendem à demanda de praticantes assíduos de AFAN e também de turistas e moradores locais que desejam ter sua primeira experiência nesse tipo de prática.

Tendo em vista essa expansão, julgamos importante identificar o perfil dos profissionais responsáveis pela realização dessas atividades.

Como pontuam Paixão e Tucher (2010), considerando os riscos que essas práticas proporcionam, temos que para uma realização segura, saudável e com menos riscos é necessário que haja acompanhamento adequado, com procedimentos e estratégias advindos de conhecimentos relativos a tais atividades. Dessa forma, é indispensável a formação e capacitação adequadas e qualificadas de profissionais atuantes na área.

Assim, este trabalho objetivou delinear o perfil dos profissionais de AFAN que atuam na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos, condições de trabalho, formação e os riscos que correm.

2. METODOLOGIA

O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre teorias e a realidade empírica, e o método é o fio condutor para se formular essa articulação (MINAYO; SANCHES, 1993).

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo qualiquantitativo. Essa escolha se deu por considerarmos essenciais essas duas abordagens, pois ambas se complementam na análise dos dados coletados na pesquisa, proporcionando uma interpretação minuciosa do que foi estudado.

Minayo e Sanches (1993) apontam que, ao mesmo tempo que a abordagem qualitativa trata de dados como valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, ela também é capaz de aprofundar a complexidade de fenômenos. Estes podem ser caracterizados como fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de ser abrangidos intensamente.

A abordagem quantitativa tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Como função da estatística presente nessa abordagem, é possível estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, produzindo instrumentos para testar a adequação do modelo. Dessa forma, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente.

Dentro dessa perspectiva, por meio de um questionário semiestruturado (NEGRINE, 2010) com 11 perguntas abertas e fechadas, buscamos tratar de questões relacionadas aos dados socioeconômicos dos participantes, de sua formação profissional e dos riscos que correm durante sua atuação profissional com as AFAN, traçando, assim, seu perfil.

Para a escolha do público pesquisado, foi realizado um levantamento dos locais de prática de AFAN na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo. Na sequência, efetuamos contato com os profissionais atuantes nesses espaços e, num primeiro momento, foi realizada a validação do questionário com três deles. Com o questionário validado, em janeiro de 2019 foi feita a coleta de dados mediante visitas nos locais levantados e também por meio do recurso Google Formulários®, para facilitar a participação, uma vez que no local nem sempre há

disponibilidade para o profissional responder. A coleta de dados foi finalizada em abril de 2019, e obtivemos um total de 25 questionários respondidos.

A análise dos dados socioeconômicos, profissionais, das condições de trabalho, do tipo de formação, da percepção com relação aos conhecimentos que os profissionais julgam necessários para sua atuação e os tipos de risco que correm durante o trabalho foi realizada pelo programa de computador Excel®.

Parte do material gerado quantitativamente formou a base de dados de análise para a discussão qualitativa, que teve como foco principal o tipo de formação profissional, a percepção dos conhecimentos relevantes para a atuação profissional e os riscos que os trabalhadores de AFAN correm durante o trabalho.

Esses dados, por sua vez, foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011), que considera como unidade de contexto a resposta completa em cada uma das questões abertas e como unidades de registro o destacamento de expressões mais significativas para a construção das respostas.

Identificadas as unidades de contexto e as respectivas unidades de registro, foram estabelecidas as categorias de acordo com o agrupamento das unidades de registro que apresentavam similaridade entre si, com temas centrais comuns, e que, por sua vez, nomearam essas categorias.

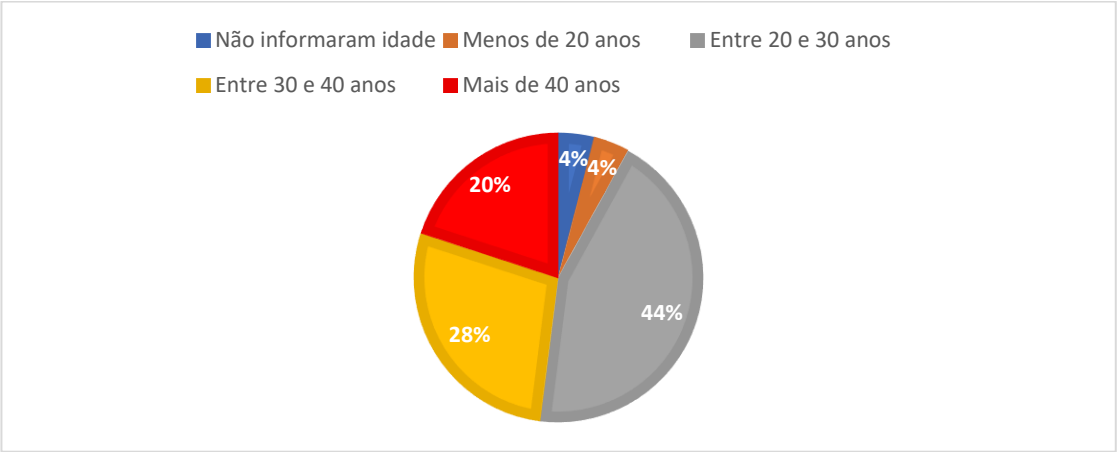
Foi com base nos resultados obtidos nas análises qualiquantitativas que realizamos a discussão.

Esta pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa da UFES com o parecer consubstanciado n. 2.967.139/2018.

3. RESULTADOS

Dos 25 participantes da pesquisa, 84% eram do sexo masculino e 16%, do sexo feminino. Em relação aos dados etários, a maioria tinha entre 20 e 30 anos.

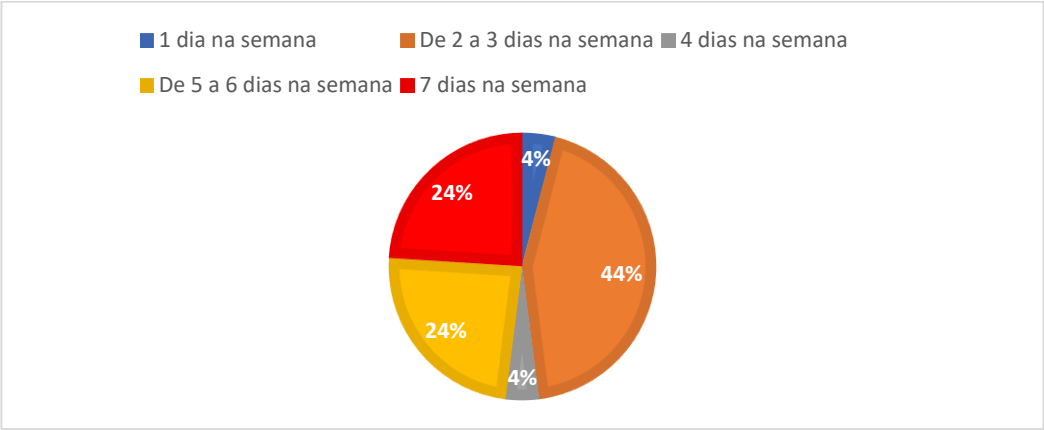
Gráfico 1: Faixa etária.



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A primeira pergunta do questionário era: “Quantos dias da semana você trabalha com AFAN? (Excluindo feriados e período de verão, épocas de alta temporada)”. A maioria dos participantes (44%) afirmou atuar de 2 a 3 dias na semana.

Gráfico 2: Dias de trabalho.



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Indagamos, na sequência: “Você trabalha em outro lugar? Se sim, em qual empresa?”. De acordo com as respostas, apenas 11 profissionais informaram trabalhar exclusivamente com as AFAN. Já entre os profissionais que trabalhavam em outros lugares, 43% eram autônomos e os demais eram funcionários em empresas privadas e públicas.

Nas respostas para a terceira pergunta, “Sua atuação na área de AFAN é sua principal fonte de renda?”, a maioria dos profissionais alegou que sua principal fonte de renda advinha do trabalho com as AFAN.

Gráfico 3: Fonte de renda.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Entretanto, apenas 28% dos profissionais mantinham vínculo empregatício com alguma empresa de AFAN, de acordo como as respostas à quarta pergunta: “Você tem algum vínculo empregatício com alguma empresa de AFAN?”.

Quando questionados pela quinta pergunta, “Você pretende continuar atuando com as AFAN ou é somente um trabalho temporário?”, apenas 8% afirmaram exercer a profissão de maneira temporária, e todos pretendiam continuar atuando na área.

Com relação à formação profissional, a Tabela 1 apresenta o nível de escolaridade, a formação acadêmica e as AFAN com a qual o profissional (P) atuava.

Tabela 1: Nível de escolaridade, formação acadêmica e modalidades de AFAN.

Nível de escolaridade	Profissional e opção de curso	Profissional e modalidades de AFAN em que atua
Superior Completo	P2 – Educação Física P7 – Direito P8 – Educação Física P10 – Educação Física P12 – Oceanografia P13 – Educação Física P15 – Engenharia Civil P17 – Educação Física P18 – Enfermagem P21 – Educação Física	P2 – Canoa havaiana P7 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo P8 – Rapel, escalada, trilhas e *camping* e mergulho recreativo. P10 – Canoa havaiana P12 – Canoa havaiana P13 – Canoa havaiana P15 – Vela, caiaque P17 – Canoa havaiana P18 – Vela, caiaque P21 – Surfe
Superior Incompleto	P1 – Educação Física P4 – Educação Física e Administração de Empresas P5 – Educação Física P6 – Educação Física P11 – Não Indicado P20 – Não Indicado P23 – Não Indicado	P1 – Surfe, *stand up paddle* P4 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo P5 – Rapel e trilhas P6 – Canoa havaiana, vela, caiaque e *stand up paddle* P11 – Canoa havaiana P20 – Vela e *stand up paddle* P23 – Canoa havaiana
Ensino Médio Completo	P3 – Técnico em Eletrônica P9 – Técnico em Hospedagem P14 – Sem Especialidade P22 – Sem Especialidade P24 – Sem Especialidade P25 – Técnico em Eletrônica	P3 – Rapel, caiaque, trilhas, tirolesa e pêndulo P9 – Trilhas, rapel, escalada, remada, mergulho, voo de parapente, salto de paraquedas e *rafting*. P14 – Rapel P22 – Turismo de aventura P24 – Canoa havaiana P25 – Rapel, *stand up paddle* e caiaque
Ensino Médio Incompleto	P16 – Sem Especialidade	P16 – Canoa havaiana
Ensino Fundamental Completo	P19 – Sem Especialidade	P19 – *Stand up paddle*

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Ainda na perspectiva de investigar sobre a formação do profissional, indagamos: “Para atuar com essa AFAN, você necessitou de alguma formação específica? Se sim, qual?”. Para esse questionamento, 14 profissionais alegaram ter necessitado de formação específica. Com base nas orientações de Bardin (2011), elaboramos a Tabela 2 com as unidades de contexto, e na Tabela 3 apresentamos as categorias referentes às unidades de contexto.

Tabela 2: Unidades de contexto sobre as formações específicas.

	Unidade de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Curso de salva-vidas	P1	1
2	Curso de primeiros socorros	P5, P9	2
3	Curso de resgate técnico	P3	1
4	Curso de resgate ambientes de altura	P4	1
5	Curso de técnicas verticais	P5, P6	2
6	Curso de guia de turismo	P9	1
7	Curso de condutor	P9	1
8	Curso na área de turismo, aventura e segurança	P9	1
9	Curso de instrutor de rapel	P14	1
10	Curso relacionado à condução de canoa havaiana	P11	1
11	Graduação em Educação Física	P8, P17, P22	2
12	Curso básico de vela	P18	1
13	Curso de formação em altura	P7, P21	2
14	Curso técnico não exemplificado	P24	1
15	Não necessitou de nenhuma formação	P2, P6, P10, P12, P13, P15, P16, P19, P20, P23 e P25	11

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Tabela 3: Categorias para as unidades de contexto sobre as formações específicas.

Categoria	Unidade de Contexto	Frequência
Não necessitou de nenhuma formação	15	1
Sim, necessitou de formação em Educação Física	11	1
Sim, necessitou de formação em cursos técnicos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14	13

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na pergunta sete, questionamos: “Você julga necessário algum tipo de conhecimento específico que não se aplica unicamente à técnica e ao manuseio de equipamentos? Se sim, qual?”. Dos entrevistados, 72% afirmaram ser necessário algum tipo de conhecimento específico e relataram como importantes os relacionados à meteorologia, náuticos, marítimos, sobre limitações dos praticantes, entre outros, conforme elencamos nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4: Unidades de contexto sobre o conhecimento específico.

	Unidades de Contexto	Profissional	Frequência
1	Conhecimentos meteorológicos	P1, P18, P20	3
2	Relações públicas	P4	1
3	Conhecimentos náuticos	P2, P10, P12, P13, P24	5
4	Conhecimentos marítimos	P1, P2, P10, P13, P17, P18, P20	7
5	Saber lidar com as dificuldades e/ou limitações de praticantes	P1	1
6	Saber auxiliar os praticantes, dentro das suas limitações e dificuldades	P1	1
7	Saber respeitar e manter os próprios limites	P6	1
8	Conhecimento pessoal	P6	1
9	Conhecimento de primeiros socorros	P5, P8	2
10	Gestão de pessoas	P7, P17, P21	3
11	Atendimento ao cliente	P4, P21	2
12	Cuidado com a integridade física dos participantes	P20	1
13	Medidas de segurança	P15	1
14	Conhecimento de educação física	P5, P12	2
15	Conhecimento de psicologia	P9, P12	2
16	Conhecimento de fisioterapia	P12	1
17	Conhecimento de biomecânica	P2	1

18	Conhecimento de ciências sociais	P12	1
19	Conhecimento de oceanografia	P12	1
20	Conhecimento de fisiologia do exercício	P2	1
21	Conhecimento financeiros	P4, P21	2
22	Gestão empresarial	P7, P21	2
23	Curso de liderança	P21	1
24	Conhecimentos básicos	P3	1
25	Não especificaram/responderam	P11, P14, P16, P19, P22, P23, P25	7

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Tabela 5: Categorias para as unidades de contexto sobre conhecimento específico.

Categoria	Unidades de Contexto	Frequência
Conhecimentos na área das Ciências Humanas	15, 18, 22	3
Conhecimentos na área das Ciências Biológicas e da Saúde	14, 16, 17, 20	4
Conhecimentos na área das Ciências Exatas	21	2
Conhecimentos ligados ao meio ambiente e às Ciências da Terra	1, 19	1
Conhecimentos ligados às AFAN náuticas	3, 4	2
Conhecimentos ligados às relações humanas	2, 5, 10, 11, 23	5
Conhecimentos pedagógicos e didáticos	6	1
Conhecimentos advindos da experiência	7, 8, 24	3
Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN	9, 12, 13	3

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com relação ao contexto no qual o profissional trabalhava, inquirimos: “Qual a maior dificuldade para trabalhar com as AFAN?”. Com base nas respostas, elaboramos as Tabelas 6 e 7.

Tabela 6: Unidades de contexto sobre a dificuldade para trabalhar com as AFAN.

	Unidades de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Baixa temporada	P1, P20	2
2	Falta de literatura conceitual	P2	1
3	Saber lidar com a segurança dos praticantes	P3	1
4	Falta de profissionais capacitados	P4	1
5	Interferências climáticas	P4, P17, P22	3
6	Falta de apoio/incentivo governamental	P4, P7, P18, P19, P25	5
7	Falta de reconhecimento turístico no estado	P4	1
8	Falta de apoio/incentivo governamental para o turismo local	P5, P8	2
9	Saber lidar com os clientes	P6	1
10	Concorrência de empresas com preços baixos e sem qualificação	P9, P14	2
11	Capacitação profissional	P10, P21	2
12	Conseguir manter o trabalho sem apoio/parceria externa	P12	1
13	Falta de políticas públicas	P15	1
14	Dificuldade com os horários das atividades	P16	1
15	Falta de equipamentos	P23	1
16	Mão de obra	P21	1
17	Poluição do meio ambiente	P18	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Tabela 7: Categorias para as unidades de contexto sobre a dificuldade para trabalhar com as AFAN.

Categorias	Unidades de Contexto	Frequência
Fatores ambientais	5, 17	2
Carência de políticas públicas para o incentivo da prática das AFAN	1, 6, 7, 8, 13	5
Falta de capacitação profissional	4, 9, 11, 16	4
Falta de recursos adequados para o desempenho profissional	15	1

Carência de produção científica sobre as AFAN	2	1
Regulação do mercado das AFAN	10, 12	2
Dificuldades subjetivas dos profissionais	14	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Ainda sobre as condições de trabalho, perguntamos: “Você corre risco trabalhando? Se sim, quais?”. Dos participantes, 80% afirmaram correr diversos tipos de risco, como os elencados nas Tabelas 8 e 9.

Tabela 8: Unidades de contexto sobre correr riscos trabalhando com AFAN.

	Unidades de Contexto	Profissionais	Frequência
1	Risco de afogamento	P1, P6, P9, P12, P15, P16	6
2	Risco de queda de altura	P3, P4, P7, P9, P25	5
3	Risco de escoriações	P4	1
4	Risco de picadas de animais	P4, P5, P9	3
5	Risco em relação aos fenômenos da natureza	P1, P4	2
6	Excesso de carga de equipamentos	P5	1
7	Exposição ao sol	P5, P22	2
8	Risco de torções	P5, P9, P22	3
9	Risco de acidentes marítimos	P10, P23	2
10	Risco de lesão	P12, P15, P22	3
11	Responsabilidade sobre a vida dos praticantes	P19	1
12	Risco de acidentes náuticos	P13, P18, P20, P21	4

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Tabela 9: Categorias para as unidades de contextos sobre correr riscos trabalhando com AFAN.

	Categorias	Unidades de Contexto	Frequência
1	Risco relacionado às atividades aquáticas	9, 12	2
2	Risco relacionado ao ambiente natural	4, 5, 7	3
3	Risco relacionado à integridade corporal	1, 2, 3, 6, 8, 10	5
4	Risco relacionado à responsabilidade civil	11	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

4. DISCUSSÃO

4.1 DADOS SOCIOECONÔMICOS

Os dados socioeconômicos mostram que a maioria dos profissionais participantes da pesquisa é de homens jovens, entre 20 e 30 anos (84%). Com base em sua pesquisa com profissionais da área, Paixão (2015) conclui que entre os principais motivos que propiciam a adesão do indivíduo como profissional, bem como a sua permanência nesse segmento, é relacionada à experiência em diferentes AFAN primeiramente como praticante.

Tendo em vista esse parâmetro, cabe a análise da eminente dominação masculina na prática de atividades de aventura na natureza, fato que pode estar relacionado à imagem do homem idealizada e perpetuada historicamente, alusiva ao poder, à força, à bravura e à “onipotência”. Isso leva o homem à inclinação em busca de autossuperação e reafirmação de sua existência e virilidade. Sendo assim, estreitam-se os laços do gênero com o risco, corroborando o que Le Breton (2009) menciona sobre a supremacia masculina nessas práticas.

Além disso, esse cenário é reforçado pelas barreiras impostas à inserção e à permanência das mulheres nas AFAN. Em estudo com foco em investigar a não presença feminina nessas práticas, Schwartz *et al*. (2013) consideram que entre os diversos fatores intervenientes para a inserção feminina nas AFAN ressalta-se a falta de tempo para conciliar trabalho, família e lazer, o que contribui para dificultar o envolvimento das mulheres nas AFAN. Os autores também destacam o preconceito de forma geral em relação à mulher, às vezes vindo por parte de parceiros amorosos, pelo ciúme de a praticante estar em contato com outros homens, por visões estereotipadas da própria sociedade, ao se considerar as AFAN estritamente uma prática masculina, ou pela desvalorização de capacidades e de habilidades femininas, como força e resistência (SCHWARTZ *et al*., 2013).

A respeito da frequência da atuação semanal, foi possível verificar que a maior parte dos profissionais atuava entre 2 e 3 vezes por semana (44%) e não possuíam vínculo empregatício com empresas de AFAN, exercendo outras atividades profissionais para além das ligadas a essa área, mas obtinham com esse trabalho sua principal fonte de renda (56% dos participantes) (Gráfico 2).

Essa realidade não é prejudicial apenas para o campo profissional, mas também para o crescimento dos setores de turismo, esporte e de lazer, visto que as AFAN são práticas que vêm crescendo nos últimos anos, à despeito da pandemia, que estagnou o setor de turismo em 2020.

Isso nos faz refletir acerca do exercício profissional, que, apesar de haver um ambiente propício para o aumento da prática das mais diversas AFAN na Região Metropolitana de Vitória, a não legitimação desse tipo de trabalho pode criar diversas barreiras para a atuação profissional.

O reconhecimento do profissional de AFAN como um(a) trabalhador(a) no âmbito do lazer pode assegurar um ambiente salubre e uma remuneração que proporcione vida digna.

Fora desse contexto, no enquadramento da realidade dos profissionais das AFAN no Espírito Santo, e de modo geral em todo o Brasil, dada a informalidade, criam-se barreiras para esses indivíduos atuarem profissionalmente de maneira exclusiva e consistente, além de torná-los invisíveis diante do Estado.

Como resultado, temos esses profissionais atuando em sua maioria sem vínculo empregatício, como apresentado na amostra da Região Metropolitana de Vitória/ES, em que apenas 28% mantinham vínculo empregatício com alguma empresa da respectiva área. Além disso, entre os participantes, 56% trabalhavam em outros lugares, em empresas privadas, públicas ou como autônomos. Muitos realizavam dupla jornada de trabalho pela necessidade de se assegurar com uma segunda fonte de renda, tendo em vista a ambiguidade do campo.

Paixão e Tucher (2010) evidenciam em pesquisa que a maioria dos instrutores entrevistados se encontrava em situação informal, sem vínculo empregatício oficializado e, também em sua maioria, não se encontra desenvolvendo as atividades como instrutores de forma exclusiva.

Bandeira e Ribeiro (2015) igualmente apresentam a mesma realidade, na qual os condutores de práticas de aventura na natureza relatam que, além da informalidade, precisam enfrentar a baixa remuneração.

4.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

As AFAN são historicamente correlacionadas ao campo da Educação Física, dado ao caráter e à especificidade de suas diversas modalidades, bem como pelas demandas que incidem sobre o profissional que se encontra responsável pela condução das práticas das AFAN (TRIANI *et al*. 2020). Tal relação é reforçada pelo Estatuto do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2010) e pela Lei n. 9.696/1998 (BRASIL, 1998), que tratam da intervenção sobre o esporte, independentemente das formas como se manifesta, no âmbito do lazer e/ou competição, que deverá ser exercida por profissional de Educação Física com formação específica em nível superior. Embora os dados desse estudo demonstrem que existem profissionais com diversos tipos de formação, seja em nível superior ou técnico, contradizendo a vocação do campo da Educação Física para atender exclusivamente à demanda dessa área.

A tentativa de regulamentar as profissões ligadas as AFAN ocorreu em governos anteriores ao atual (2003 a 2018), pelo então extinto Ministério do Esporte, no qual foram discutidas desde as nomenclaturas para os profissionais até quais setores seriam responsáveis pela organização das atividades econômicas ligadas a essa área, mas não houve nenhuma deliberação legal nesse sentido (BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Nos resultados da pesquisa, temos seis profissionais graduados no curso superior de Educação Física e 4 em processo de graduação (Tabela 1), apesar de apenas 3 indivíduos terem reconhecido o valor da formação superior (Tabela 3). Além disso, 60% dos profissionais não tinham formação superior ligada diretamente ao exercício da profissão.

Dessa forma, a inexistência de uma formação sistematizada oficial e específica, capaz de contemplar um ensino interdisciplinar de preparação para o profissional que atua com as AFAN, impossibilita traçar um perfil profissional único.

Schwartz e Carnicelli (2006) apontam dados semelhantes em seu estudo, que objetivou investigar o perfil de formação dos guias de *rafting* de Brotas, São Paulo. Os autores discorrem sobre o fato de que nenhum dos instrutores entrevistados tinham formação de ensino superior, tendo somente cursos de formação técnica oferecidos pelas agências de turismo em que trabalhavam.

Com base nas produções científicas e em discussões acerca do tema, esse cenário é ocasionado, entre outros fatores, pela falta de políticas públicas

regulamentadoras capazes de determinar o campo de atuação responsável pelas AFAN, tendo em vista suas relações principalmente com a Educação Física e o Turismo. Além da falta de políticas públicas, podemos também notar: a ausência do estabelecimento de normas e regras para a realização das práticas; a ausência de elucidação das necessidades de formação e capacitação para habilitar o profissional responsável a exercer a profissão; a falta de implementação de iniciativas institucionais nas grades de ensino superior do campo acadêmico responsável capazes de fornecer conhecimentos interdisciplinares que contribuam verdadeiramente para a prática profissional, o que prejudica a formação e a capacitação de profissionais (BANDEIRA; AMARAL, 2017).

Dessa maneira, com o propósito de nos aprofundar a respeito da formação do profissional e a sua percepção acerca da formação, as questões 6 e 7 revelam um embate mediante o conhecimento empírico desses profissionais com os dados à luz da literatura.

Dos 25 participantes, 14 profissionais alegaram necessitar de formação específica para atuar profissionalmente. Na Tabela 2, foram geradas 13 unidades de contexto contemplando os cursos técnicos pontuados pelos participantes e 1 contemplando a formação superior em Educação Física. Na Tabela 3, temos que 11 profissionais foram enquadrados na categoria “Sim, necessitou de formação em cursos técnicos”, e 3 profissionais encaixaram-se na categoria “Sim, necessitou de formação em Educação Física”.

Paixão e Tucher (2010) mostram que no que diz respeito às exigências para habilitar-se ao exercício profissional como instrutor de determinada modalidade, a ênfase recai, em sua maioria, na aquisição de certificados de cursos técnicos e de curta duração. Os autores supõem que essa realidade vem a ser uma consequência da falta da sistematização da formação profissional.

Ainda em relação à formação e capacitação, 72% dos profissionais pesquisados afirmaram que apenas os conhecimentos relacionados às técnicas e ao manuseio de equipamento não são suficientes para a atuação profissional e julgaram ser necessário outros tipos de conhecimentos.

Nas Tabelas 4 e 5, podemos observar que há uma maior frequência de unidades de contextos na categoria de “Conhecimentos ligados às relações humanas”, mostrando uma realidade que coaduna com o que Schwartz e

Carnicelli (2006) referem sobre a necessidade de lidar com as emoções próprias e com as dos participantes/clientes como um grande desafio apontado pelos profissionais, conhecimento este tido como necessário.

Os “Conhecimentos na área das Ciências Humanas” e os “Conhecimentos pedagógicos e didáticos” complementam e reafirmam a percepção acerca das relações humanas. Lidar com pessoas é tratar constantemente com subjetividades. A individualidade torna cada pessoa um ser complexo e com diferentes necessidades. Esse fato, em conjunto com as adversidades de ambiente, tempo e momento, requer estratégias e ações rápidas, muitas vezes distintas. Exige igualmente o ato de ensinar e orientar, de lidar com as diferenças e tentar minimizar a angústia ou a ansiedade do outro, saber como falar e agir diante de um problema ou situação e como solucioná-los. Esses são saberes relacionados e advindos de conhecimentos pedagógicos, psicológicos, entre outros recursos de ensino sistematizados, e os profissionais da área não logram acesso a eles em cursos de curta duração ou técnicos.

A categoria “Conhecimentos na área das Ciências Biológicas e da Saúde” tem um número de frequências significativo, demonstrando a necessidade sentida pelos profissionais estudados de obter conhecimentos relacionados ao corpo, da fisiologia humana ao movimento corporal biomecânico. Embora esses conhecimentos sejam objetos de estudo característicos da área da Educação Física, de maneira incongruente, a área não é reconhecida pela maioria dos profissionais como parte do rol de conhecimentos importantes para o exercício profissional.

Vale mencionar também a contradição na categoria “Conhecimentos ligados ao meio ambiente e às Ciências da Terra”, composta de apenas duas frequências. Vários autores, como Munhoz (2006), Figueiredo e Schwartz (2013), discorrem sobre a importância de se ter conhecimentos sobre o meio ambiente para que se possa orientar como preservá-lo. Além disso, as AFAN dependem da preservação ambiental para que o praticante possa ter contato com a natureza, sem isso ela se descaracteriza.

A categoria “Conhecimentos advindos da experiência” reitera, implicitamente, a presença de praticantes de AFAN compondo o quadro de participantes da pesquisa. Esse tipo de conhecimento não pode ser desprezado, pois muitas vezes é por meio da experiência empírica que é possível demonstrar

entusiasmo aos novos adeptos para a adesão às práticas, bem como resolver questões inerentes aos problemas relativos a determinadas AFAN (BANDEIRA; RIBEIRO, 2015).

Ainda no que se refere à experiência prática com relação às AFAN, a categoria “Conhecimentos ligados às AFAN náuticas” demonstra a vocação que o município de Vitória e sua Região Metropolitana têm em atender os praticantes de atividades realizadas no mar. Na Tabela 1, podemos verificar que a maioria dos profissionais tem um envolvimento com o ensino ou a instrução de canoa havaiana, *stand up padle*, caiaque, vela e mergulho recreativo.

Entre as demais categorias tabeladas, vale ressaltar a de “Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN”, em que os próprios profissionais estabelecem uma relação entre a formação profissional e o risco. Nela destaca-se a preocupação com a segurança da prática tendo em vista o risco presente nessas atividades. Entretanto, ainda que no ato da prática sejam empregados a técnica, o uso e o manuseio de equipamentos de qualidade, além da utilização de tecnologia e sobretudo a vontade de exceder e superar os limites, nada disso é suficiente para impedir situações imprevisíveis. A existência dessa categoria traz a realidade da necessidade de discutir a associação do risco com a formação profissional.

Na tentativa de aprofundar o conhecimento e entender o contexto no qual esses profissionais trabalham, torna-se essencial identificar as dificuldades que estes enfrentam no exercício da profissão. Essa indicação pode ser verificada na Tabela 6, na qual temos 17 unidades de contextos exemplificando as diversas dificuldades encontradas no dia a dia desses profissionais. Reduzidas para 7 categorias, na Tabela 7, observamos que, embora sejam elementos diferentes, a maioria das dificuldades tem alguma relação ou são resultado da deficiência de políticas públicas. Na categoria “Carência de políticas públicas para o incentivo da prática das AFAN”, consta a maior frequência de unidades de contexto, apontando esse problema como determinante para o exercício profissional.

Esses dados são similares com o que é abordado em estudos como os de Marinho (2017) e Bandeira e Amaral (2017), que apontam a carência de ações no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Essa deficiência acarreta um cenário de atuação pouco produtivo, no qual há uma

barreira para a difusão das diferentes AFAN, assim como pela falta de ações concretas para a consolidação da sustentabilidade do usufruto das áreas de conservação e do turismo (SCHWARTZ, 2006).

Embora haja um contexto no qual não caberia atribuir a responsabilidade das dificuldades encontradas por esses profissionais em seu campo de atuação em um único setor, torna-se inevitável e indiscutível a relação entre causa e efeito. A carência de políticas públicas e a não regulamentação desse mercado de trabalho fomentam um cenário complexo, que gera inúmeros problemas.

A sistematização de uma prática profissional via sindicatos e sociedade civil pode dar sustentabilidade a determinada profissão, incentivando a luta por seu reconhecimento pelo Estado. Diante dessa ação, pode-se cogitar certa identidade jurídica e pública ao exercício da profissão, sendo uma maneira de articulá-la mediante um eixo norteador, no qual podem ser estabelecidos normas e padrões para serem seguidos e respeitados.

Esse reconhecimento da profissão poderia incentivar a criação de cursos de ensino superior ou mesmo a organização de cursos de pós-graduação *latu sensu* nesse campo, estimulando novos estudos sobre o tema. Isso de certa forma poderia suprir a lacuna da “Carência de produção científica sobre as AFAN”, mencionada na Tabela 7.

De fato, o que fica evidente, para além do efeito “causa-consequência”, é uma situação em que não havendo o incentivo público de diligências voltadas para o fomento das práticas de AFAN, a iniciativa privada também não se mobiliza e, consequentemente, não pressiona o Estado em sistematizar e colocar em ação políticas públicas estimulando as AFAN. Caso houvesse uma mudança na atual conjuntura, talvez a dificuldade apontada na Tabela 7 de “Falta de recursos adequados para o desempenho profissional” poderia ser resolvida com a produção de materiais nacionais para a prática de AFAN ou menos carga tributária nas importações desses materiais que muitas vezes possuem uma tecnologia de ponta.

De toda forma, ainda tratando a respeito das dificuldades encontradas por esses profissionais no exercício de seu trabalho, há problemas como o apontado na categoria “Fatores ambientais”, que foge ao controle das políticas públicas ou da iniciativa privada, ou seja, a imprevisibilidade da natureza não pode ser controlada pelo ser humano. Além das “Dificuldades subjetivas dos profissionais”

que contemplam a unidade de contexto da Tabela 6 relacionada à “Dificuldade com os horários das atividades”, pois trata-se da vida de cada indivíduo e do modo como cada um, lida com ela. Entretanto, não deixamos de cogitar que uma possível causa dessa dificuldade com os horários poderia ter como causa a necessidade de se ter dois trabalhos remunerados, como apontado nos dados socioeconômicos dos participantes.

4.3 RISCOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Ao realizar o primeiro levantamento de dados bibliográficos na área da AFAN, encontramos diversos artigos evidenciando a correlação constante entre o risco e a atuação profissional nesse âmbito (PAIXÃO; TUCHER, 2010; PAIXÃO, 2015; PAIXÃO; SILVA 2017).

A maioria dos indivíduos praticantes dessas vivências, sobretudo, são pertencentes a classes socioeconômicas privilegiadas, sendo passíveis de optar por qual rotina e realidade seguir, mas estes não representam majoritariamente a sociedade na qual vivemos. Inversamente a essa realidade, muitos profissionais de AFAN, assim como tantos outros que estão à mercê do capitalismo, têm condições de vida precárias e arriscam todos os dias a própria existência (LE BRETON, 2009).

Bandeira e Ribeiro (2015) constatam que o risco que os profissionais correm quando atuam é real e são contra o uso das expressões “risco imaginário”, “risco simbólico” e “simulacro de risco”, pois os dados demonstrados em pesquisas recentes sobre o tema afirmam que, embora calculado e gerido, o risco nesses contextos não é uma invenção ou uma expectativa, e sim uma concretude que preocupa o condutor.

Nesse cenário, 80% dos profissionais pesquisados reconheceram e confirmaram a presença do risco, além de pontuarem diversas situações e possíveis acidentes graves (Tabela 8). Em contraposição o risco não surte nenhum efeito de influência negativa, e 92% desses profissionais não hesitaram em afirmar que sua atuação profissional é permanente e estável, pretendendo nela continuar.

Remetendo à literatura para analisar os sentidos atribuídos às escolhas profissionais desses indivíduos, é possível associá-los ao fato de que um dos

principais motivos pela busca da prática das AFAN dá-se pela existência do risco, que representa algo indissociável da aventura. Ele expressa uma probabilidade de que algo inesperado aconteça, mesmo que momentaneamente, podendo igualmente acarretar situações positivas e prazerosas (MARINHO, 2008).

Entretanto, a presença do risco é permanente e suas manifestações podem ser simples ou trazer graves consequências, como as mencionadas pelos profissionais participantes da pesquisa. Ou seja, ainda que o risco seja um dos combustíveis que alimentam o desejo pelas AFAN, cabe aos profissionais administrar e aliar conhecimentos e ações que visem minimizar a existência do risco, além de contemplar aspectos relacionados à preservação do meio natural assegurando ao praticante não somente o prazer e a aventura, mas principalmente sua integridade física e emocional (PAIXÃO, 2015). Esse fato faz com que a responsabilidade em acidentes recaia particularmente sobre o profissional.

Verificando os resultados de modo geral, temos uma problemática, pois, embora a maioria desses indivíduos reconheça a presença do risco, apenas 4 consideraram necessário “Conhecimentos ligados à segurança da prática das AFAN” (Tabela 5). Associado a isso, apesar de 78% dos profissionais apresentarem qualificação e formação técnica ou superior, apenas 56% apontaram tal necessidade para atuar profissionalmente com as AFAN (Tabelas 2 e 3). Tais informações sugerem certa displicência e deixam em aberto o questionamento de como esses profissionais tendem a agir em situações de riscos.

5. CONCLUSÕES

A amostra de participantes representa uma parte dos profissionais que atuam com AFAN na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, mas, com base na abordagem exploratória realizada nos locais de atuação, obtivemos elementos suficientemente demonstrativos para apontar algumas conclusões.

Por exemplo, a respeito das lacunas presentes nessa área de atuação e das deficiências da formação desses profissionais, as respostas e as informações obtidas coincidem com os dados à luz da literatura mencionados nas análises.

De acordo com as respostas ao questionário aplicado, foi possível constatar uma grande concordância com relação à necessidade de uma formação transdisciplinar, na qual, além do conhecimento técnico e o manuseio de equipamentos, encontram-se as necessidades ligadas a outros aspectos, como os de preparação pedagógica e psicológica para a devida atuação profissional.

Também foi possível comprovar nos dados e na literatura analisados que a falta de políticas públicas afeta diretamente e indiretamente a atuação dos profissionais de AFAN, desde as questões relativas aos aspectos de formação para a atuação da atividade profissional até a preservação do meio ambiente.

Além disso, vimos que não há estabilidade em relação à remuneração desses profissionais. Atualmente, com a pandemia do coronavírus, inúmeros profissionais de AFAN e do turismo estão à mercê do auxílio emergencial do governo federal, entregues à própria sorte ou sobrevivendo de um segundo emprego ou de “bicos”.

Verificamos também que as condições de trabalho para esses profissionais, que deveriam ser condizentes com o investimento e a dedicação demandada, não são adequadas em virtude da complexidade do setor e do risco que correm ao oferecer esse tipo de atividades.

Em relação ao risco, um fato que vale ser mencionado e que corrobora a percepção da carência de uma formação homogênea e de políticas públicas regulamentadoras desse setor é a dificuldade encontrada pelos próprios profissionais de lidar com as adversidades proporcionadas pela prática. Embora

o risco seja calculado e gerido, ele não é uma invenção ou uma expectativa, e sim uma concretude que preocupa o condutor.

Diante do que estudamos, podemos concluir que as AFAN apresentam um potencial muito grande de expansão, mas que muitas vezes é restringido pelas dificuldades encontradas pelos profissionais que com elas atuam de capacitar-se adequadamente, de terem reconhecimento social e condições seguras para atuar.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA). Disponível em: http://abeta.tur.br/pt/pagina-inicial/. Acesso em: 3 ago. 2020.

BANDEIRA, M. M. M.; AMARAL, S. Prática de aventura: demanda por novas políticas públicas de lazer no Brasil. In: AMARAL, S.; SILVESTRE, B. **Políticas públicas em Educação Física, Esporte e Lazer**: múltiplos olhares. Fortaleza: Express, 2017. p. 35-70.

BANDEIRA, M. M.; RIBEIRO, O. C. F. Sobre os profissionais da aventura: problemas da atuação na interface esporte e turismo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 116-157, set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza (AFAN): revisión de la taxonomía (1995-2015) y tablas de clasificación e identificación de las prácticas. **Apunts: Educacion Física y Deportes**, Barcelona, v. 2, n. 124, p. 53-88, 2016.

BETRÁN, J. O. Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: análisis sociocultural. **Apunts: Educacion Física y Deportes**, Barcelona, n. 41, p. 5-9, 1995.

BRASIL. Lei n. 9.696, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1998.

CONFEF — Conselho Federal de Educação Física. Estatuto do Conselho Federal de Educação Física. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 237, p. 137-143, 2010.

FIGUEIREDO, J. P.; SCHWARTZ, G. M. Atividades de aventura e educação ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física. **Motriz – Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 19, n. 2, p. 467-479, 2013.

LE BRETON, D. Usos pedagógicos das situações de risco. In: LE BRETON, D. **Condutas de risco**: dos jogos de morte ao jogo de viver. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 151-160.

MARINHO, A. **Atividades físicas e esportivas e meio ambiente**. In: RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NACIONAL – Movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília, DF: PNUD, 2017. Disponível em: http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-Físicas-e-Esportivas-e-Meio-Ambiente.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, maio/ago. 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo e qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MUNHOZ, J. Aspectos organizacionais das AFAN. In: SCHWARTZ, G. M. (org.). **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 197-208.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (org.). **A pesquisa qualitativa na educação física**: alternativas metodológicas. 3. ed. Porto Alegre: Salina, 2010. p. 61-99.

PAIXÃO, J. A. Entre a aventura e o risco: formação e atuação profissional de instrutores de esporte de aventura no estado de Minas Gerais. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 254-271, 2015.

PAIXÃO, J. A.; SILVA, M. P. O risco na concepção de instrutores de esporte de aventura. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 29, e149927, 2017.

PAIXÃO, J. A.; TUCHER, G. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2010.

PAIXÃO, J. A. *et al.* Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Motriz – Revista de Educação Física**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 672-681, 2010.

SCHWARTZ, G. M. **A aventura no âmbito do lazer:** as AFAN em foco. Aventura na natureza: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura Editora, 2006.

SCHWARTZ, G. M.; CARNICELLI FILHO, S. (Desin)Formação profissional e atividades de aventura: focalizando os guias de “Rafting”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 103-109, 2006.

SCHWARTZ, G. M. *et al*. Preconceito e esportes de aventura: a (não) presença feminina. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2013.

TRIANI, F. S. *et al*. Esportes de aventura praticados na Barra da Tijuca e São Conrado, RJ: um levantamento das modalidades e formação do instrutor. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 1-15, 2020.

APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE GINÁSTICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, da pesquisa **"Sobre os profissionais que atuam com as atividades físicas de aventura na natureza na região metropolitana de vitória, espírito santo"** desenvolvida pela aluna de graduação Lara Júlia Rodrigues Marcelos, orientada pela Profa. Dra. Paula Cristina da Costa Silva.

Justificativa: O lazer é um fenômeno da sociedade moderna que traz em seu bojo a conquista da classe trabalhadora para momentos de descanso e aprendizagem. Com o desenvolvimento tecnológico e a urbanização em grande escala o ser humano sente a necessidade do contato com a natureza e é, no momento de lazer, que existe essa possibilidade. Assim, as Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) trazem a chance de as pessoas obterem contato com o meio natural. Em Vitória e região metropolitana existem condições favoráveis para a realização de AFAN tanto no aspecto ambiental, quanto de atendimento dessa demanda por meio de empresas, associações e federações esportivas que promovem e organizam essas práticas.

O objetivo do projeto: Delinear o perfil dos profissionais de AFAN que atuam na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, incluindo dados socioeconômicos, condições de trabalho, formação e os riscos que correm.

Procedimentos de coleta de dados: Antes de responder o questionário estruturado (NEGRINE, 2010), o participante será informado sobre a pesquisa e assinará o termo de consentimento livre e esclarecido, em seguida receberá uma versão original do termo, assinada e rubricada em todas as páginas por ele e pela pesquisadora. O tempo de preenchimento do questionário é em torno de 20 minutos, em lugar restrito garantindo a privacidade do participante. O questionário quantiqualitativo, é composto por 11 questões abertas e fechadas. As respostas serão tabuladas e analisadas e, de acordo com o conteúdo,

algumas delas poderão ser transcritas no texto da pesquisa. De forma alguma o participante terá sua identidade divulgada em nenhuma parte da pesquisa. É importante ressaltar que o participante poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário e que sua participação é voluntária. Quem se recusar a participar da pesquisa não sofrerá qualquer tipo de prejuízo. O participante está ciente de que sua participação não é obrigatória e, caso sinta-se desconfortável ou constrangido em qualquer momento, poderá deixar de participar, sem quaisquer sanções, constrangimentos ou prejuízos. Caso haja algum prejuízo decorrente da investigação a pesquisadora compromete-se a arcar com os custos daí decorrentes, seja de prejuízo material ou de saúde.

Possíveis benefícios e riscos: Os benefícios é o de conhecer como está organizado o setor de prestação de serviços à população no que se refere as AFAN em Vitória e região metropolitana. Além disso, o participante poderá contribuir para o mapeamento das empresas que atuam no campo da AFAN podendo apropriar-se, após a conclusão da pesquisa, de informações que podem melhorar a inserção de sua empresa no mercado consumidor de AFAN. Existe o risco de o entrevistado sofrer algum constrangimento ou acanhamento ao compartilhar informações durante o preenchimento do questionário. Nesse caso, o participante pode se recusar a responder as questões que não se sentir à vontade não sofrendo nenhuma pressão por parte da pesquisadora.

Caso algum participante sinta-se incomodado após responder o questionário, este poderá ser invalidado, mediante seu pedido, suprimindo-o da pesquisa. Também garantiremos o anonimato do participante, bem como, compartilharemos e validaremos todos os dados e análises da pesquisa com ele antes de publicá-los. A participação não é obrigatória. A qualquer momento o participante pode desistir de colaborar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação.
Os benefícios esperados com os resultados da pesquisa são o da melhoria no atendimento dos participantes das AFAN com o aprimoramento dos serviços

prestados pelas empresas nessa área e, também a descoberta do perfil das empresas e dos gestores atuantes em Vitória e região metropolitana. O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será redigido em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, sendo que uma delas será entregue a você. A pesquisadora compromete-se a ressarcir qualquer despesa que possa acarretar sua participação na pesquisa, bem como, indenizá-lo(a) em caso de eventual dano decorrente da pesquisa

Paula Cristina da Costa Silva
Professora do Departamento de Ginástica
Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo

Em caso de dúvidas e esclarecimentos sobre a pesquisa, por gentileza, entre em contato com:
Paula Cristina da Costa Silva
Centro de Educação Física e Desportos/Departamento de Ginástica/ UFES
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário Goiabeiras – Vitória/ES - CEP: 29075-810
Tel: (27) 3335-2633 / (27) 998842184

Caso você tenha alguma denúncia ou intercorrência com relação a essa pesquisa, por gentileza, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFES pelo telefone: (27) 3145-9820, por e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, ou no endereço abaixo:
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFES - Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais - Campus Universitário de Goiabeiras,
Av. Fernando Ferrari, s/n, Vitória – ES - CEP: 29060-970

Eu,
_____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo supracitado, como participante. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Local e data _____

_____
Assinatura do(a) participante

APÊNDICE 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE GINÁSTICA

O presente questionário faz parte da coleta de dados de uma pesquisa acadêmica e pretende construir um mapeamento de como as Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN) estão se desenvolvendo em Vitória e região metropolitana analisando o perfil dos profissionais que com elas atuam. ***É um documento completamente anônimo*** por isso te pedimos a máxima sinceridade possível ao preenchê-lo. Também pedimos que o faça com calma pensando e refletindo em cada resposta.

Letras das iniciais do nome e email:_____

_____

Você é: Homem ( ) Mulher ( )

Idade: _____

1. Quantos dias da semana você trabalha com a AFAN? _____

2. Você trabalha em outro lugar? Sim ( ) Não ( )

Se sim, cite o nome e cargo exercido:

_____

3. Você tem algum vínculo empregatício com alguma empresa de AFAN?

Sim ( ) Não ( )

4. Qual a sua Escolaridade e/ou Formação Profissional?

_____

5. Com qual(is) AFAN você atua profissionalmente?

_____

6. Para atuar com essa AFAN você necessitou de alguma formação específica?

Sim ( ) Não ( ). Se sim, qual? _____

_____

7. Você julga necessário algum tipo de conhecimento específico que não se aplica unicamente a técnica e manuseio de equipamentos? Sim ( ) Não ( )

Se sim, qual(is)?_____

_____

8. Sua atuação na área de AFAN é sua principal fonte de renda?

Sim ( ) Não ( )

9. Qual a maior dificuldade para trabalhar com as AFAN?

_____

_____

10. Você corre risco trabalhando? Sim ( ) Não ( ) Se Sim, qual(is)?

_____

_____

11. Você pretende continuar atuando com as AFAN ou é somente um trabalho temporário?

_____

ANEXO 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na região metropolitana de Vitória/ES
Pesquisador: Paula Cristina da Costa Silva
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 96382418.8.0000.5542
Instituição Proponente: Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.967.139

Apresentação do Projeto:
O trabalho é uma pesquisa de graduação que trata das Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFAN). Em Vitória e região metropolitana existem condições favoráveis para a realização de AFAN tanto no aspecto ambiental, quanto de atendimento dessa demanda por meio de empresas, associações e federações esportivas que promovem e organizam essas práticas.

O objetivo desse trabalho é construir um mapeamento de como a AFAN está se desenvolvendo em Vitória e região metropolitana analisando o perfil dos praticantes, das empresas prestadoras de serviço e dos profissionais que nela atuam.
Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como instrumentos de coleta de dados a entrevista estruturada e o questionário estruturado composto de perguntas
abertas e fechadas.
A análise de dados ocorrerá por meio da análise de conteúdo. Como resultado esperamos contribuir com os estudos sobre a AFAN no Brasil e, na melhoria dos atendimentos realizados pelos prestadores de serviço nesse campo.
Metodologia Proposta:
Participantes: Serão os praticantes de AFAN, profissionais e donos ou responsáveis que atuam nas empresas prestadoras de serviço no campo da AFAN. Perfazendo um total de 80 sujeitos. Sendo

30 Profissionais que atuam com AFAN (Questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas); 20 Proprietários de empresas que organizam AFAN (Entrevista estruturada) e 30 Praticantes de AFAN (Questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas).
Instrumentos de coleta de dados:Os instrumentos a serem utilizados serão a entrevista estruturada e dois questionários estruturados contendo perguntas fechadas e abertas.A entrevista estruturada será realizada com os donos ou responsáveis pelas empresas que prestam serviços no campo da AFAN. Essa entrevista, tem a previsão de durar em torno de 40 minutos e contará com o roteiro que será livremente respondido pelos entrevistados (NEGRINE, 2010), em local que garanta sua privacidade.Os outros instrumentos a serem utilizados serão dois questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas (NEGRINE, 2010).
O primeiro é destinado aos profissionais que atuam com a AFAN e tem no total
16 questões sendo as questões 3, 4 e 5 fechadas e as demais abertas. A previsão de tempo para o participante responder ao questionário é em torno de 30 minutos e será realizada em local que garanta sua privacidade. O outro questionário estruturado é destinado aos praticantes de AFAN e tem 14 questões sendo as questões 3, 4 e 5 fechadas e as demais abertas. A previsão de tempo para o participante responder é em torno de 30
minutos e será realizada em local que garanta sua privacidade. Esse questionário é baseado nos estudos de Tahara; Carnicelli Filho (2009) e de Meireles; Barcelos (2017).Procedimentos Primeiramente, será realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados com as palavras-chave escolhidas e aguardaremos a aprovação do Comitê de ética da UFES para iniciar o trabalho de campo. Em seguida, faremos o levantamento do
número de empresas que atuam com AFAN. Posteriormente, será realizada uma etapa experimental de aplicação dos questionários para os profissionais que atuam nas empresas prestadoras de serviço e praticantes de AFAN para verificar se é necessário ajustes. Após a etapa experimental os questionários serão aplicados em uma amostra que atinja em torno de 30 profissionais e 30 praticantes de AFAN. Também nessa fase, iremos realizar as entrevistas estruturadas com os donos ou responsáveis das empresas que prestam serviços com AFAN.Por fim, os dados serão tabulados e analisados.

Metodologia de Análise de Dados:
A análise dos dados será realizada com base nas orientações de Bardin (2009) que considera como unidade de contexto a resposta completa em cada uma das questões abertas e entrevista, e como unidades de registro, o destacamento de expressões mais significativas para a construção das

respostas. Identificadas as unidades de contexto, e as respectivas unidades de registro, são estabelecidas categorias, a partir de agrupamento de
unidades de registro que contenham similaridade entre elas, com temas centrais comuns, e que por sua vez, nomeiam estas categorias.

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:
O objetivo geral desse projeto é construir um mapeamento de como a AFAN está se desenvolvendo em Vitória e região metropolitana delineando
qual o tipo de serviço prestado pelas empresas e pelos profissionais aos praticantes de AFAN.
Objetivo Secundário:
- Fazer o levantamento do número de empresas e/ou agências que oferecem essas atividades;- Fazer o levantamento de quais as AFANs que são
oferecidas por essas empresa;
- Verificar quais os equipamentos e usos desses durante a prática das AFANs;
- Verificar quais são os procedimentos
de segurança utilizados na prática das AFANs;
- Traçar o perfil dos profissionais que atuam com as AFANs;
- Traçar o perfil dos praticantes dessas
AFANs;- Analisar quais os benefícios físicos, psicológicos e sociais que as AFANs proporcionam aos seus praticantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Riscos:
Existe o risco de os entrevistados sofrerem algum constrangimento ou acanhamento ao compartilhar informações durante a entrevista. Bem como,
dos respondentes dos questionários sentirem-se constrangidos diante de alguma pergunta.
Benefícios:
Os benefícios é o de conhecer como está organizado o setor de prestação de serviços à população no que se refere as Atividades Físicas de Aventura na Natureza em Vitória e região metropolitana. Além disso, os participante poderão se beneficiar dos resultados da pesquisa, após sua conclusão, de diferentes maneiras de acordo, com sua participação e interesse na AFAN. No caso dos donos ou responsáveis pelas empresas eles poderão apropriar-se de informações que podem melhorar a inserção de sua empresa no mercado consumidor de AFAN. Os profissionais que atuam com AFAN

poderão adquirir conhecimentos relativos a melhoria de sua formação profissional e os praticantes poderão verificar quais os benefícios físicos, sociais e psicológicos que a prática de AFAN proporciona.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa envolve alunas/os de graduação e a responsável pelo estudo é a professora. Apresenta relevância social e com dimensão associada a saúde e qualidade de vida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta os elementos obrigatórios de acordo com a Resolução 466/12 e 510/16.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1129665.pdf	01/08/2018 01:58:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_completo.pdf	01/08/2018 01:58:26	Paula Cristina da Costa Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_alt_31_julho.pdf	01/08/2018 01:57:06	Paula Cristina da Costa Silva	Aceito
Folha de Rosto	31julho.pdf	01/08/2018 01:52:04	Paula Cristina da Costa Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 17 de Outubro de 2018

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com